

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 3 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM DEZANOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E QUINZE

-----Aos dezanove dias do mês de junho de dois mil e quinze, pelas vinte horas, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- 1. Prestação de contas consolidadas referente ao ano 2014;-----

-----2. Modificações orçamentais – 2.ª revisão às grandes opções do plano do ano de 2015;-----

-----3. Modificações orçamentais – 2.ª revisão ao orçamento do ano de 2015;-----

-----4. 1.ª Alteração ao mapa de pessoal para o ano 2015;-----

-----5. Procedimento concursal para recrutamento e seleção, tendo em vista o provimento de técnicos para as atividades de enriquecimento curricular para o ano letivo 2015-2016;-----

-----6. Procedimento concursal de recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, com recurso à reserva de recrutamento interna de um assistente operacional (canalizador);-----

-----7. Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos – compromissos plurianuais assumidos desde 01-01-2015 a 31-05-2015;-----

-----8. Contratos interadministrativos de delegação de competências nas juntas de freguesia;-----

-----9. Protocolo de distribuição de encargos respeitantes à gestão e exploração do tratamento e rejeição do efluente tratado na ETAR de Minde;-----

-----10. Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em baixa tensão normal do Município de Porto de Mós – autorização à Assembleia Municipal para a assunção do compromisso plurianual;-----

-----11. **PROC. N.º 627/1986** – Trovão & Vala, na qualidade de proprietário de uma unidade industrial tipo 3, sita em Cortinas – Eiras da Lagoa, da freguesia de Porto de Mós - São João Baptista

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e São Pedro, requer que seja reconhecido o interesse público municipal, para a sua legalização; ----

-----12. **PROC. N.º 477/1994** – Lameirause, Lda, na qualidade de proprietária de uma unidade industrial, sita no lugar de Ferraria, freguesia de Calvaria de Cima, requer que seja reconhecido o interesse público municipal, para a legalização da ampliação da referida unidade industrial; -----

-----13. **PROC. N.º 71/2013** - Esperança & Neves, na qualidade de proprietária da Indústria tipo 3, sita na Rua 10 de Junho e Rua da Sobreirinha n.º 2, na Vila e Freguesia de Mira de Aire, requer que seja reconhecido o interesse público municipal, para a instalação de uma unidade industrial do tipo 2, destinada a gestão de resíduos; -----

-----14. **PROC. N.º 93/2013** – Abílio Matos Costa, na qualidade de proprietário de uma suinicultura, sita em Freixa, da freguesia de Porto de Mós - São João Batista e São Pedro, requer que seja reconhecido o interesse público municipal, para a legalização da sua ampliação; -----

-----15. Proposta de reconhecimento e mérito desportivo aos atletas do concelho;-----

-----16. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.-----

----- **1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:** -----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: António Pereira Carvalho (PS - Falta Justificada); Cristiana Ferreira do Rosário (PSD - Falta Justificada); Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP – Falta Justificada).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Anabela Martins, Rui Fernando Correia Marto, Rita Cerejo, António José Jesus Ferreira e Nélia Maria da Piedade Nogueira.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se a Chefe de Divisão Neuza Morins e as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, depois de declarar abertos os trabalhos da presente sessão, deu conhecimento à Assembleia Municipal de que o membro desta, eleito pelo Partido Socialista Fábio Ferreira Santos, pediu a renúncia ao mandato, sendo substituído nos termos da lei e do regimento pelo membro seguinte na respetiva lista, Maria Inês Freitas Amado,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portadora do CC 14023434 9 ZZ7, e do NIF 231 660 910.-----

-----2. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a perguntar à Assembleia Municipal se alguém queria fazer algum reparo à ata da anterior sessão ordinária. Não havendo qualquer reparo a fazer, passou então o senhor Presidente da Assembleia a pôr a votação a referida ata, tendo a mesma sido **aprovada por maioria com uma abstenção**.-----

-----3. LEITURA DO EXPEDIENTE:-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez depois referência à correspondência recebida nos respetivos serviços desde a realização da última sessão desta Assembleia, ficando a mesma disponível para consulta de quem assim o pretenda.-----

-----4. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----Entrando no período de antes da ordem do dia o senhor Presidente da Assembleia passou a referir que estavam abertas as inscrições para quem quisesse intervir.-----

-----**António José Menezes Teixeira (PS):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes disse que antes de entrar nos temas do concelho, os mais prementes para todos enquanto deputados municipais, gostaria de fazer um pequeno comentário sobre o panorama nacional e também ao nível da europa. Continuou dizendo que esta não é de todo a europa em que se possa rever, referindo a falta de solidariedade europeia. Congratulou-se depois com a realização da Semana da Educação no concelho de Porto de Mós, parabenizando a senhora vereadora do pelouro. Referiu-se também ao Festival de Teatro em Porto de Mós, que considerou muito importante salientando o momento de solidariedade que se verificou com a entrega de bens alimentares distribuídos depois pelas IPSS's do concelho. Referiu-se ainda a variados outros eventos organizados pela Câmara Municipal tais como o "Toca Andar" e o "Vem Dançar". Continuou dizendo que, por outro lado, Porto de Mós continua na ordem do dia em relação às questões relacionadas com as florestas dado que a Câmara aproveitou o facto de se encontrar no concelho a helipista de Alcaria de forma a prevenirem-se situações de riscos de incêndios. Disse ainda que a Câmara Municipal se candidatou ao prémio municipal do ano "Portugal 2015". Disse ser muito importante o trabalho de ação social que a Câmara tem vindo a desenvolver junto da população mais idosa.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves /PS):**-----

-----Fez um alerta sobre os incêndios que têm vindo a verificar na freguesia de Juncal, sendo que, em três dias já ali ocorreram seis incêndios, pedindo que se peça à GNR que redobre a sua

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atenção neste assunto. Chamou ainda a atenção para a situação dos esgotos no Juncal. Perguntou ainda ao senhor Presidente da Câmara se será este ano alcatroada a estrada da rotunda dos Bombeiros/Albergaria.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, passou a referir-se ao estado das estradas na freguesia de S. Bento. Passou depois a referir que teve conhecimento através da Confederação dos Agricultores do Distrito de Leiria que foi proibida pelo veterinário municipal a venda de queijos no mercado de Porto de Mós, perguntando qual a razão de ser de tal proibição. No que se refere aos fogos florestais, disse que à medida que o tempo vai ficando mais quente, a ameaça é maior. Referiu ainda que ele próprio já falou com o comandante dos GIP's no sentido de se fazerem algumas reuniões de sensibilização das populações. Disse ainda que defende há muitos anos, que os aviões da força área portuguesa sejam utilizados nos combates aos incêndios tendo inclusive, já falado com responsáveis a esse nível, e tendo-lhe sido dito que existem aeronaves equipadas para esse fim, mas que nunca ninguém solicitou os seus serviços nesse sentido.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, referiu, no seguimento do que disse na última sessão desta Assembleia quanto ao prazo da convocatória e da entrega dos documentos, que o artigo 53º da Lei Nº 75/2013 e o artigo 17º do Regimento são muito claros e dizem que a ordem do dia deve ser enviada com cinco dias uteis de antecedência e com a ordem do dia devem ser enviados os documentos suporte à análise dessa mesma ordem do dia. Continuou dizendo que nesta sessão vão ser analisados dezasseis pontos de particular importância. No envio desses documentos, salvo melhor opinião, disse, não foi respeitado o prazo que a lei prevê, e ainda que o nº 2 do artigo 53º diga que a ordem do dia pode ser enviada com dois dias uteis de antecedência, também esse prazo não foi respeitado dado que a este prazo se tem de somar mais três dias uteis de prazo dilatatório (correio), tendo havido deputados que receberam os documentos com um dia útil de antecedência. Os documentos em análise são extensos e não sendo os deputados municipais políticos a tempo inteiro, precisam desse tempo para que possam exercer o seu direito de fiscalização do trabalho do município, com a informação devida. Terminou, apelando ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para que isto não se volte a repetir, e que os documentos sejam enviados com tempo, para que os deputados possam analisar os assuntos e fazer o seu trabalho com a dignidade e correção exigidas.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia passou a usar da palavra para dizer que na semana passada assinou a convocatória e que na segunda-feira os documentos seguiram no correio.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra passou a responder a todos os intervenientes, começando por dar as boas vindas a **Maria Inês Freitas Amado**, que agora se tornou membro de pleno direito desta Assembleia Municipal.-----

-----A **António José Teixeira** agradeceu as referências elogiosas feitas ao desempenho da Câmara Municipal nas suas diferentes áreas.-----

-----A **Joaquim Santiago** respondeu quanto ao saneamento que se está a procurar uma solução e no que diz respeito ao alcatroamento da estrada da Rotunda dos Bombeiros até Albergaria o mesmo não está previsto para já. O que está previsto para o Juncal, disse, é o Parque Verde e é o abastecimento de água à zona do Outeiro. A **António Ferraria** respondeu que não se pode chegar a todo o lado e que neste momento está a ser pavimentada uma rua em S. Bento cujo estado era muito mau.-----

-----A **Olga Silvestre** disse que achava que tinha a ideia de que tinha sido respeitado o prazo dos dois dias uteis.-----

-----**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Havendo público presente, o senhor Presidente da Assembleia passou a perguntar se alguém queria intervir não havendo qualquer pedido de intervenção.-----

-----Usando da palavra, o senhor Presidente da Assembleia disse que antes de se entrar na ordem de trabalhos queria solicitar à Assembleia que procedesse à correção da redação do ponto 13 da ordem de trabalhos e que onde se lê "13. **PROC. N.º 71/2013 - Esperança & Neves, na qualidade de proprietária da Indústria tipo 3, sita na Rua 10 de Junho e Rua da Sobreirinha n.º 2, na Vila e Freguesia de Mira de Aire, requer que seja reconhecido o interesse público municipal, para a instalação de uma unidade industrial do tipo 2, destinada a gestão de resíduos;**" se passe a ler "13. **PROC. N.º 71/2013 - Esperança & Neves, na qualidade de proprietária da Indústria tipo 3, sita na Rua 10 de Junho e Rua da Sobreirinha n.º 2, na Vila e Freguesia de Mira de Aire, requer que seja reconhecido o interesse público municipal, para a alteração da unidade industrial do tipo 3 para tipo 2, destinada a gestão de resíduos.**" Posto a votação este pedido de alteração da redação do ponto 13 da ordem de trabalhos, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**.-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----**1. Prestação de contas consolidadas referente ao ano 2014:**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usou da palavra o senhor Vice-Presidente que passou a dizer que este ponto consiste em agregar aos documentos de prestação de contas, as contas das entidades participadas pela entidade participante, que neste caso é o Município de Porto de Mós. Continuou dizendo que esta participação que o Município tem nessa entidade não constou do relatório de contas face ao entendimento da DGAL, que dizia haver uma dispensa de consolidação das contas, entendimento esse que passado um mês se alterou, razão pela qual só hoje vem a esta Assembleia o presente ponto da ordem de trabalhos. -----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----Relativamente a este balanço consolidado, disse, não tem muita razão de ser conforme disse o senhor Vice-Presidente, até porque a participação que a Câmara tem nesta empresa é de 0,55% e a prática costuma dizer que desde que as empresas não tenham a participação de 20% e não exerçam influencia sobre as empresas participadas, poderão até não fazer parte da consolidação. Mas aqui, sendo obrigatório, terá que ser feito.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Disse que faz suas as palavras de Luís Almeida, mas há uma situação que gostaria de ver esclarecida, nomeadamente de que empresa se trata, referindo que o que os documentos enviados lhe mostram é que 91% da mesma está nas mãos de Câmaras Municipais.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a esclarecer que a Câmara subscreveu na altura 0,55% do capital da empresa, que se chama WRC – Web Região Centro. A empresa nasceu na altura satisfazendo o anseio do senhor ex-Presidente da CCDR-Centro criando uma espécie de AIRC que é também uma empresa da qual a câmara é socia, mas que é uma empresa estável e que presta um excelente serviço. Terminou dizendo que já foi tentada a venda das quotas por um euro e ainda assim, ninguém comprou.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia pôs a votação o presente ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com cinco abstenções**.-----

-----**2. Modificações orçamentais – 2.ª revisão às grandes opções do plano do ano de 2015; e 3. Modificações orçamentais – 2.ª revisão ao orçamento do ano de 2015:**-----

-----No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara passou a explicar a razão de ser desta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

modificação orçamental e que se prende concretamente com o protocolo celebrado com a Câmara de Alcanena sobre a distribuição de encargos respeitantes à gestão e exploração do tratamento e rejeição do efluente tratado na ETAR de Minde, sendo necessário prever meios para fazer face aos mesmos, bem como um reajuste do polo escolar de Porto de Mós, prevendo-se em termos de calendário, que a obra se prolongue até 2017, dado que o início dos trabalhos se atrasaram por razões de índole processual. Referiu ainda um apoio à junta de Freguesia de Calvaria de Cima, para aquisição de um terreno com vista à reformulação do Posto Médico daquela freguesia e construção de nova sede da Junta. Outra alteração prevista, tem a ver com a construção do novo quartel da GNR de Porto de Mós, cuja obra atrasou um pouco.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Usando da palavra perguntou a que se refere o reforço na rubrica “outros” de dezasseis mil oitocentos e cinquenta euros. Disse depois que reparou que as diminuições para compensar estes acréscimos aconteceram em instituições sem fins lucrativos, de onde foram retirados trinta mil euros. Desse valor, vinte mil euros destinavam-se à construção do polidesportivo de Serro Ventoso perguntando se, assim, a sua construção ficará comprometida.-----

-----**António José Menezes Teixeira (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que faz sentido afetar algumas destas verbas para os anos posteriores tanto ao nível da saúde bem como da educação, estando a Câmara Municipal a precaver algumas situações que poderiam culminar com o próprio encerramento do Centro de Saúde da Calvaria de Cima, no caso de não haver as condições necessárias ao seu funcionamento. Neste contexto, considera muito razoáveis estas alterações no âmbito da saúde, bem como da educação.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder às questões colocadas pelos anteriores intervenientes, dizendo, no que se refere ao reforço de dezasseis mil oitocentos e cinquenta euros da rubrica “outros”, que tem a ver com outros trabalhos especializados e que tal resulta do facto de se ter reforçado o protocolo de Alcanena e como se reduziu na mesma rubrica o valor das atividades de enriquecimento curricular, que anteriormente era uma prestação de serviços e que passou para uma despesa com pessoal, a diferença que está em orçamento corresponde a esse valor designado por “outros”. Quanto ao apoio ao polidesportivo de Serro Ventoso, disse que se mantém, tendo no entanto a consciência de que a obra não irá avançar este ano, atendendo à morosidade processual que o mesmo implica, pelo que se recorreu a essa verba este ano.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----No que se refere à saúde, disse que a situação é muito complicada no concelho e nomeadamente em Mira de Aire tendo-lhe sido colocada a questão, pelos responsáveis distritais da Saúde, da possibilidade de acolhimento em Mira de Aire de mais um médico cubano, com o apoio da Câmara Municipal para o seu alojamento, à semelhança do que foi feito em Porto de Mós, dizendo que de imediato respondeu que sim.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção foi o ponto dois da ordem de trabalhos **Modificações orçamentais – 2.ª revisão às grandes opções do plano do ano de 2015**, posto a votação, tendo o mesmo **aprovado por maioria, com oito abstenções**.-----

-----**António Pires (PSD)** pediu ainda a palavra para dizer que concorda com a solução que se arranjou para a Calvaria de Cima, perguntando daqui a quanto tempo é que esse problema estará resolvido, porque não se está aqui a resolver o problema de imediato. Terminou perguntando se o problema relativo ao Centro de Saúde da Calvaria de Cima já existe ou se se está a projetar esse problema no futuro.-----

-----O senhor Presidente da Câmara pediu à Junta de Freguesia de Calvaria de Cima que esclarecesse essa situação tomando a palavra Hélder Paulino Ferreira que disse que a situação se tem vindo a agudizar dada a grande afluência de utentes ao Centro de Saúde, nomeadamente da população do lugar de S. Jorge, que tradicionalmente frequentava o Centro de Saúde da Batalha e que entretanto aí ficaram sem médico de família por força da aposentação de membros do corpo médico. Assim sendo, têm vindo a recorrer à sua freguesia, tendo o número de utentes subido de 2 300 para 2 750 desde então, tornando-se as instalações exíguas para os doentes e para a equipa médica que ali trabalha. Quanto à obra em si, disse que a Junta de Freguesia tem já um suporte financeiro para dar início à obra tendo também já um plano de pagamentos para que a obra se possa realizar no prazo máximo de um ano.-----

-----Posto isto, o senhor Presidente da Assembleia passou a pôr a votação o ponto 3 da ordem de trabalhos - **3. Modificações orçamentais – 2.ª revisão ao orçamento do ano de 2015** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com oito abstenções**.-----

-----**4. 1.ª Alteração ao mapa de pessoal para o ano 2015; e 5. Procedimento concursal para recrutamento e seleção, tendo em vista o provimento de técnicos para as atividades de enriquecimento curricular para o ano letivo 2015-2016;**-----

-----Usou da palavra a senhora Vereadora do Pelouro da Educação pedindo permissão para expor os dois pontos acima referenciados, conjuntamente, processando-se depois a votação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

separadamente.-----

-----Passou depois a dizer no que se refere às AEC's, que inicialmente se começou com um concurso público, tendo sido entendimento do executivo, mais tarde, em 2010/2011, que seria pertinente associar-se a uma associação local de forma a que a mesma fizesse a gestão das AEC's. Atualmente, disse, depois de falar com algumas associações verificou-se haver dificuldades tanto do ponto de vista financeiro como do ponto de vista técnico nessa solução, pelo se optou por proceder à contratação direta, ou seja, a Câmara contratará os professores das AEC's, sendo feitos contratos a tempo parcial pelo período de nove meses e sendo os professores selecionados através da plataforma disponível pelo Ministério da Educação. Para se proceder à abertura do concurso o mapa de pessoal terá que ser alterado, sendo essa a razão pela qual este ponto vem hoje aqui, para que esta Assembleia autorize esta alteração.-----

-----**António Manuel Ferreira de Almeida (PS):**-----

-----Usando da palavra perguntou quais são as atividades ou disciplinas que estes vinte e seis técnicos a contratar vão lecionar. Se a análise para o recrutamento de vinte e seis técnicos abrangeu todas as dificuldades de educação existentes no concelho, nomeadamente para o ensino básico. Realçou o facto de muitas crianças aparecerem com dificuldades na dicção, na linguagem, perguntando se a senhora vereadora analisou esta questão ou se tem formação ou informação para defender no futuro essas crianças que podem ser abrangidas aqui nas atividades extracurriculares.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Referindo-se à associação que até agora tem sido responsável pela gestão das AEC's em Porto de Mós, e na sequência do que foi dito pelo anterior interveniente, disse que essa associação talvez também não tivesse os conhecimentos técnicos/científicos para poder prestar um serviço de qualidade aos alunos e daí a preocupação de António Almeida de saber se agora a Câmara se vai munir ou não desses técnicos. Tanto agora, como no passado, a Câmara devia ter avaliado essas situações.-----

-----Referiu-se depois à questão das refeições escolares, perguntando se as mesmas continuarão a ser fornecidas pela associação que o tem feito até aqui – a ADP.-----

----- António Almeida pediu novamente a palavra para dizer que não estava aqui a falar em nome da Associação Desportiva Portomosense, lamentando que o senhor António Pires tenha

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

interpretado as suas palavras nesse sentido. Continuou dizendo que o que perguntou foi que disciplinas ou atividades é que os técnicos iriam promover. Uma vez que as suas palavras não foram entendidas, irá perguntar se a senhora vereadora sabe que existem muitas crianças com dificuldades ao nível da terapia da fala e se existe intenção de contratar técnicos que possam intervir nessa área. Esclareceu que era essa a sua pergunta, não tendo a mesma nada a ver com a ADP.-----

-----António Pires, disse depois que a sua intervenção não teve nada a ver com a inscrição de António Almeida, até porque se inscreveu primeiro e a sua pergunta nada teve a ver com a ADP.----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que relativamente à ADP só tem bem a dizer quanto ao serviço que foi prestado à autarquia, dizendo que tem os melhores serviços de refeições face aos que são servidos nos concelhos da região.-----

-----Seguidamente usou da palavra a senhora Vereadora do pelouro da Educação, Anabela Martins, esclarecendo que as AEC's - Atividades de Enriquecimento Curricular – são atividades que vem na sequencia daquilo que é o entendimento da escola a tempo inteiro, em que passou a haver necessidade de que as crianças estivessem ocupadas até às 17.30 horas, por motivos de ordem profissional por parte dos pais. Essas atividades são meramente lúdicas ou seja, através de determinadas áreas que são importantes para as crianças, consegue-se aprender a brincar. São atividades complementares às atividades letivas, que contribuem para o desenvolvimento físico, intelectual e emocional das crianças. Quanto às atividades que vão ser implementadas, elas estão elencadas num decreto. Após a análise e aprovação do conselho pedagógico, o agrupamento de escolas emite um parecer sobre quais as atividades que devem ser dadas nas escolas do concelho. Quanto à questão de os professores serem ou não tecnicamente capazes, disse que durante os anos em que ADP geriu as AEC's, relativamente aos professores não houve qualquer problema, tendo havido sempre um excelente relacionamento entre esses técnicos e os alunos bem como com os professores titulares.-----

-----No que se refere aos almoços escolares, reforçou o que o senhor Presidente da Câmara havia dito, de que o serviço prestado pela ADP a esse nível bem como os próprios transportes escolares, foi sempre excelente, mostrando-se esperançosa na continuidade.-----

-----Seguidamente foi posto a votação o ponto 4 da ordem de trabalhos - **1.ª Alteração ao mapa de pessoal para o ano 2015** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----Foi também posto a votação o ponto 5 da ordem de trabalhos - **Procedimento concursal**

*para recrutamento e seleção, tendo em vista o provimento de técnicos para as atividades de enriquecimento curricular para o ano letivo 2015-2016 – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.***-----

----- **6. Procedimento concursal de recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, com recurso à reserva de recrutamento interna de um assistente operacional (canalizador):**-----

-----O senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra disse que os serviços se debatem com muitas dificuldades no setor das águas ao nível dos recursos humanos, sendo necessário o recrutamento de um canalizador.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo sido o mesmo **aprovado por unanimidade.**-----

----- **7. Autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos – compromissos plurianuais assumidos desde 01-01-2015 a 31-05-2015:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia informou a presente Assembleia que o presente ponto da ordem de trabalhos não carecia de votação, sendo apenas para conhecimento. O senhor Presidente da Câmara prescindiu da palavra dado que toda a informação estava já contida na documentação que seguiu oportunamente para todos os membros da Assembleia.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

----- **8. Contratos interadministrativos de delegação de competências nas juntas de freguesia:**-----

-----Usou da palavra o senhor Vice-Presidente passando a explicitar o presente ponto da ordem de trabalhos e dizendo que houve um processo negocial com as Juntas de Freguesia que conduziu à versão do documento que foi oportunamente distribuído por todos os membros desta Assembleia. Continuou dizendo que desde o início se procurou chegar a um documento que desde logo fosse ao encontro de uma tradição que vem sendo praticada no concelho, descentralizando serviços de forma a conseguir-se chegar mais perto das populações. Fez depois menção aos critérios base que levaram aos valores a distribuir por cada freguesia, nomeadamente a população e a área de cada uma das freguesias.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Sobre este assunto, e depois de ouvir o senhor Vice Presidente da Câmara, disse que aparentemente foi pacífico entre os senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Referiu-se depois aos arredondamentos que foram feitos, dizendo que nunca tinha visto arredondamentos desta natureza, referindo que se fosse Presidente de Junta não aceitaria isso porque se emana da lei, se emana de um acordo em que os critérios dizem que são 35% em função da área e 65% em função da população, porque é que umas juntas têm menos 8% por força do arredondamento ou mais 7% por via do mesmo, e assim sucessivamente. Terminou dizendo que não concordaria com estes protocolos atendendo aos arredondamentos que foram feitos.-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Usando da palavra, disse que esteve em duas reuniões a que o senhor Vice-Presidente da Câmara chamou de negociação, mas o anexo 2, que recebeu por correio atempadamente, no seu caso, é igual ao que recebeu no primeiro minuto na primeira reunião. A palavra negociação implica cedências de um e do outro lado. Houve de facto discussão mas ficou tudo igual. Quanto à tradição que o senhor Vice-Presidente mencionou, disse saber que eram atribuídos valores para investimentos e que poderiam ser aplicados pelas regras da delegação de competências. Neste caso, não se está a falar de delegação de competências, ou seja, trabalho da exclusiva responsabilidade do Município, que está a delegar nas juntas de freguesia, transferindo os meios financeiros para que esse trabalho seja executado. Continuou dizendo que não concorda com a divisão que foi aqui realizada porque pensa que, o critério adotado pelo Município nunca foi igual em todas as freguesias. Se se passar em todas as dez freguesias verifica-se que nem todas se encontram no mesmo patamar, quando se fala das competências que estão a ser transferidas ao abrigo deste contrato interadministrativo, e que são: requalificação da via pública, passeios e valetas, drenagens pluviais, alargamentos/alinhamentos com as respetivas construções de muros, pavimentação em betuminoso e/ou calçada. Ou seja, há freguesias de facto, que têm um atraso enorme relativamente a outras. Disse que não concordou com o critério que aqui foi adotado – 35% para a área e 65% para a população, referindo que se for aprovado assim, estes critérios, no final do documento, não se verificam para quem o arredondamento é para baixo, questionando ainda da sua legalidade, dado que o critério é definido no início mas não é levado até ao final. Disse depois que deveria ter sido feito um estudo mais aprofundado no sentido de se saber como estão de facto as freguesias e quais as suas reais necessidades, embora saiba que em grande parte delas foram feitos centenas e mesmo milhares de metros de valetas, de passeios e de drenagens pelas Juntas de Freguesias, substituindo-se ao município em muitos milhares de euros. Disse ainda que a sua freguesia revela algum atraso ao nível dos passeios dizendo que fez um levantamento sobre

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

este assunto e que verificou que existem dois passeios ao longo dos últimos anos cujas obras foram da exclusiva responsabilidade do Município. Continuou dizendo que com isto quer dizer que o Município não esteve sempre atento da mesma forma a todas as freguesias e agora define um critério. Disse depois que a sua freguesia irá receber menos que anteriormente, salientando que embora seja contra, irá assinar o contrato pois não pode prejudicar a sua freguesia e assinaria nem que se tratassem de 50 euros. Disse depois que propôs que a divisão fosse feita em dez partes iguais, tendo a mesma sido considerada injusta, nomeadamente pelo senhor Vice-Presidente. Concluiu dizendo que algumas freguesias vão receber cerca de 40% a menos relativamente a outras, o que constitui uma grande diferença, e que são as freguesias que estão mais limitadas nos aspetos que referiu. Realçou que não houve aqui uma apreciação justa na divisão destas verbas. Terminando, disse que queria apenas acrescentar uma coisa que considera importante, os investimentos que tem sido feitos nestas áreas de passeios pelo Município, têm privilegiado mais a zona urbana do concelho, nomeadamente Porto de Mós, Pedreiras e talvez Juncal, sendo essas as zonas que irão estar no patamar máximo, o que significa que a clivagem entre freguesias é cada vez mais acentuada. Para terminar, perguntou se o valor referente a Porto de Mós iria ser dividido pelas restantes freguesias uma vez que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós nada teve a declarar em termos de obra a executar.

-----**José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

-----Disse que lerá a sua intervenção, pois é o reflexo do que sente há muito tempo, principalmente pelo facto de ter sido Presidente de Junta durante doze anos e tendo o sentimento que muitos dos atuais Presidentes de Junta também devem sentir.

-----*“Nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, os municípios podem celebrar contratos interadministrativos com as freguesias delegando nelas vários serviços que sejam de interesse próprio das populações apostando assim nas políticas de proximidade e apoio direto às comunidades locais. Como todos nós sabemos, assim foi no passado, é no presente e com certeza será no futuro. Os serviços prestados pelas freguesias é sempre de grande relevância para as pessoas, pela sua proximidade, pela facilidade de comunicação e pelo baixo custo que se consegue para conseguir determinada tarefa ou obra. A presença das pessoas, a sua colaboração, a sua ajuda é muito importante para o desenvolvimento de uma determinada região e muito mais em zonas rurais como é a grande parte do nosso concelho. A minha experiência como autarca de freguesia durante doze anos, permite-me ter esta sensibilidade e conhecer bem a realidade. Até defendo a ideia de que qualquer Presidente de Câmara, antes de o ser, deveria obter o estágio como Presidente de Freguesia – assim poderia avaliar melhor o trabalho de um Presidente de Junta. Defendo há muito que as competências das freguesias*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deveriam ser bem definidas. Serem atribuídas diretamente pelo Governo Central e acompanhadas com os respetivos meios pois ninguém pode trabalhar sem recursos e assim os autarcas da freguesia deveriam exercer a sua atividade de uma forma ativa e com responsabilidade podendo exercer a tempo inteiro as funções para que foram eleitos, devendo ser escolhidos os mais capazes e com maior competência para o exercício. Muitas coisas foram alteradas ao longo dos tempos, mas muito mais há para fazer. Quando as competências são delegadas pela autarquia Município, fica sempre a dúvida a quem pertence o quê. Esta é a verdadeira dúvida desta parceria. O Município delega as competências de acordo com a lei, define o critério de distribuição de recursos como bem entende, depois cria a insatisfação, dúvida, algum desaguisado entre os colegas autarcas, etc. Isto é mau. Não estimula quem trabalha dia a dia pela sua terra. Certamente todos se dedicam de corpo e alma fazendo o melhor pelas suas populações mas por vezes, por muito que se queira, não se consegue chegar a todo o lado nem satisfazer todos como gostariam. Depois lá vem o mal-entendido, porque a Junta diz que é com a Câmara, a Câmara diz que é com a Junta porque lhe são delegadas essas funções e aí se cria o grande mau estar. Acho, no meu entender, que o valor protocolado com as freguesias é muito reduzido para o trabalho que eles têm que produzir. Temos algumas freguesias no concelho, uns que têm recursos próprios, outros porque não são tão proactivos, populações menos exigentes e etc., não reclamam tanto. Outros, coitados, não sabem o que fazer à vida. É uma missão ingrata. O Município devia estar mais atento ao papel das freguesias, conhecer melhor a realidade de cada uma – são bem diferentes – apostar mais e melhor na vossa operacionalidade. Possivelmente seria importante encetar o diálogo com todas as freguesias, olhar para os recursos próprios de cada uma, analisar os seus orçamentos, criar um mecanismo mais justo que proporcione um desenvolvimento integrado em todas as freguesias, uma maior solidariedade entre todos. Para isso seria necessário que o município liderasse o processo de distribuição de recursos, baseado em critérios bem diferentes do que faz atualmente, apoiando as freguesias com menos recursos de forma diferente, podendo zelar mais e melhor pelos interesses dos seus fregueses, ou então, avaliar todos os recursos naturais oriundos de cada freguesia que provocam rendimento, sejam de natureza calcária, argilosa, energias ou até de exploração de água e fazer uma distribuição mais justa e igualitária por todas as freguesias. Também avaliar de forma séria o tecido empresarial de cada freguesia, os impostos que geram para o Município, assim como outras receitas...IMI, etc. Certamente existem várias ponderáveis a considerar de modo a transmitir uma maior justiça entre todos. Quanto a este contrato interadministrativo que está a ser proposto, não posso concordar com o mesmo. Com os critérios e métodos aqui mais uma vez utilizados, continuamos a privilegiar algumas freguesias e a prejudicar outras, esquecendo que estas, possivelmente são as que mais problemas têm para resolver, maior necessidade, enquanto que as que têm recursos próprios tudo o que vier é bem vindo. Este protocolo, no passado já existia. Trata-se de um extraordinário para um projeto pontual. Defendo que a verba deveria ser igual para todos e deveria ser acrescida, pelo menos, para cem mil euros. Apenas para quem não sabe, há

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

autarquias, aqui bem perto de nós, que distribuem mais do que essa verba por três ou quatro freguesias, por isso marcam a diferença. Obrigado".-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usando da palavra afirmou que já foi tudo praticamente dito, e que transmitiu logo ao senhor Vice Presidente da Câmara na primeira reunião a sua discordância relativamente aos arredondamentos que aqui são feitos dizendo que o que põe em causa são os critérios de igualdade nos arredondamentos aqui feitos relativamente às diferentes Juntas de Freguesia, perguntando porquê.-----

-----**António José Menezes Teixeira (PS):**-----

-----Usando da palavra, disse que já teve oportunidade de falar sobre este documento fundador, há algum tempo, na anterior sessão desta Assembleia Municipal. Disse que tem ouvido bastantes Presidentes de Junta deste Concelho, percebendo o que diz o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra bem como o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso ou o membro desta Assembleia Gabriel Vala, estando estes a exercer o contraditório, o que é normal em democracia pois nem todos concordam com este documento. Continuou dizendo achar que, este documento poderá vir a fazer "jurisprudência" não só no concelho, mas a nível nacional, como um documento fundador, de uma nova maneira de olhar, em última instancia, o próprio ordenamento do território. Disse achar tratar-se de um documento importante enquanto quadro de referência para a transparência, para potenciar as freguesias, sugerindo a constituição de uma comissão de trabalho independente, no sentido de tentar refundar o documento, limando algumas arestas que deram azo a alguns queixumes dos senhores Presidentes de Junta hoje, aqui no debate, e antes, lhas transmitiram pessoalmente ao longo deste tempo, o que não impede que considere que se trata de um documento estratégico e inovador, conforme acima disse.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que, como é sabido, as freguesias são entidades fundamentais na gestão do ordenamento do território, sendo as que estão mais próximas dos eleitores, e aquelas que sentem em primeira instancia os problemas das populações. As dúvidas só surgem na afetação e delegação das competências. Disse recordar-se que no anterior mandato, e tendo ele sido vereador, já havia protocolos de delegação de competências sendo atribuídos a cada freguesia – na altura eram treze freguesias - o valor de dez mil euros, o que perfazia o montante de cento e trinta mil euros, estando agora a falar-se de uma redução para

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

setenta e cinco mil euros. Disse depois que se se estivesse a falar de uma delegação de competências para suportar as despesas de funcionamento das Juntas, percebia e talvez concordasse que o critério da população e da área fosse o mais ajustado. Mas do que trata aqui são de obras concretas e tendo em conta o tipo de obras contempladas elas custam o mesmo sejam em que freguesia sejam feitas, porque são os preços de mercado. Então, se os preços são os mesmos não faz sentido afetar este valor em função da população e da área, considerando que seria mais justo um valor igual para todos. Disse ainda que existe uma realidade no concelho que lhe parece grave e que tem a ver com a existência de recursos naturais – água, energia eólica, exploração de inertes – cujas receitas revertem nos dois primeiros casos para a Câmara e no terceiro caso para a Junta de Freguesia. Isso provoca um desequilíbrio enorme nos orçamentos das Juntas de Freguesia. Assim considera que deveria haver um reforço financeiro positivo do Município relativamente às freguesias que não dispõem desses recursos acrescidos, devendo este assunto ser objeto de ponderação e discussão com vista ao equilíbrio e uniformização do concelho, devendo procurar equilibrar os orçamentos das Juntas de Freguesia por um lado e os investimentos do próprio Município por outro de maneira a tornar o desenvolvimento do concelho, o mais harmonioso possível. -----

-----O senhor Vice Presidente da Câmara passou a usar da palavra para responder aos anteriores intervenientes, pedindo licença ao senhor Presidente para fazer uma curta declaração, dizendo que se atentaram bem em todas as intervenções e sobretudo nos termos utilizados, verificarão aquilo, que ele à partida já tinha verificado, ou seja, que os senhores Presidentes de Junta ainda estão apegados ao passado, àquilo que foi, sendo necessária a adaptação àquilo que é e principalmente àquilo que vai ser.-----

-----Respondendo a António Pires, disse quanto aos arredondamentos efetuados, que os critérios utilizados não foram no sentido de arranjar um valor exato, mas sim um valor limite que desse suporte ao documento apresentado. Disse ainda que em 10 Presidentes de Junta há dois que não concordam com os arredondamentos e outro que não concorda com os critérios utilizados. Continuou dizendo que é verdade que numa reunião havida com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra referiu que de todas as freguesias do concelho, e nas áreas a que se destinam estes investimentos, porventura Alqueidão da Serra e Mira de Aire seriam as que mais careciam deles. No entanto, e tendo em conta o limite de verba a distribuir por todas as freguesias não seria possível favorecer mais umas em detrimento de outras. Disse depois que a Câmara Municipal transfere em 2015, para as Juntas de Freguesia, a título de delegação de competências mais de trezentos e cinquenta mil euros.-----

-----A Gabriel Vala disse que este havia confundido o que são contratos de execução com o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que são contratos interadministrativos e a distribuição da verba. Esclareceu que não há aqui distribuição nenhuma e que os contratos de execução são aqueles que são feitos a título de despesa corrente.-----

-----A Carlos Cordeiro disse mais uma vez que os arredondamentos têm vista encontrar um valor limite. Os critérios são aqueles que apenas o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra questionou – área e população, pela necessidade de encontrar uma solução que fosse de encontro do interesse de todos.-----

-----A Júlio Vieira disse que este também não entendeu bem que se está num quadro legal diferente e que não vale a pena estar-se agarrado ao passado. Quanto aos recursos naturais de que algumas freguesias usufruem, disse não haver lei que permita ratear-se esses dividendos com as outras freguesias.-----

-----Filipe Batista, Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra usou da palavra dizendo ao senhor Vice Presidente que não houve nenhum parecer de nenhum técnico da Câmara que tenha sido distribuído pelas Juntas de Freguesia, embora tenha estado presente a Dra. Neuza, que acabou por intervir numa das reuniões, nem houve nenhuma indicação de nenhum artigo ou alínea, que dissesse que a distribuição de verbas pelas freguesias não podia ser de valor igual. Disse que o senhor Vice-Presidente se referiu ao artigo 121º da Lei 75/2013, que consigna como princípios gerais dos contratos: a) Igualdade; b) Não discriminação; c) Estabilidade; d) Prossecução do interesse público; e) Continuidade da prestação do serviço público, tendo-se no entanto esquecido de ler a alínea f) – Necessidade e suficiência dos recursos, perguntando se ele acha que todos têm a mesma necessidade e suficiência de recursos. Para terminar perguntou se o senhor Vice Presidente acha muito trezentos e cinquenta mil euros para limpar o concelho todo, cuidar das escolas, cuidar dos jardins públicos, maquinaria, combustível, meios humanos, se acha muito em dez freguesias. Disse ainda para a Câmara desistir um ano e fazer por sua conta e risco esses trabalhos, para ver quantos milhares de euros a mais não irá gastar, fazendo o mesmo que as freguesias fazem e com a mesma qualidade.-----

-----**Carlos Cordeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso**, disse que quando pôs em causa os arredondamentos, não tinha em mente serem iguais para todos, passando a dar dois exemplos: São Bento tem 5 856, tendo sido arredondado para 6 000, o que acha bem; Porto de Mós tem 10875 e é arredondado para 10 000, o que acha mal, pois deveria passar para 11 000. Terminou dizendo que não há coerência nestes arredondamentos.-----

-----**Filipe Batista** pediu ainda que o senhor Vice-Presidente respondesse à questão que já lhe

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

havia colocado sobre se o valor correspondente a Porto de Mós lhe iria ser atribuído apesar desta freguesia não ter apresentado qualquer proposta.-----

-----**José Gomes dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – São João Baptista – São Pedro** usou da palavra para dizer relativamente às palavras de Filipe Batista que, teve com o senhor Vice Presidente duas reuniões tendo tido conhecimento do valor que iria receber. Após isso, é que pediu preços estando agora em fase de organizar todo o processo para apresentar na Câmara. Na altura em que teria que dar resposta à Câmara o processo ainda não tinha sido submetido à reunião do executivo da Junta de Freguesia, pelo que mandou um e-mail ao senhor Vice-presidente dando conta da situação. Acrescentou ainda que a obra que a Junta pretende levar a efeito são os passeios na Ribeira de Baixo.-----

-----O senhor Vice Presidente passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo que a freguesia de Porto de Mós não entregou a tempo os documentos necessários para que a minuta do contrato, a ser aprovada hoje, aqui, produza efeitos de imediato e que passe à fase seguinte, que é a da execução da obra. Disse ainda que retirou à freguesia de Porto de Mós, naquilo que é a área pura urbana da sede do concelho, um montante que ronda os quatro mil euros, atendendo que nessa área os serviços da Câmara atuam com mais acuidade, tendo redistribuído essa verba pelas restantes freguesias.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da ordem de trabalhos - **Contratos interadministrativos de delegação de competências nas juntas de freguesia** - posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com 10 (dez) votos contra, 2 (duas) abstenções e 16 (dezassex) votos a favor.** -----

-----O senhor Presidente da Câmara pediu licença ao senhor Presidente da Assembleia para colocar uma questão, tendo dito ter-se apercebido que existem três Presidentes de Junta de Freguesia que votaram contra o documento, perguntando se irão assinar o protocolo quando forem convidados para o efeito, pois por uma questão de coerência com certeza que não assinarão. -----

-----**Filipe Batista** pediu a palavra para esclarecer que iniciou a sua intervenção dizendo que embora não concordasse com os critérios que presidem a estes protocolos sempre o assinaria pois nunca prejudicaria a sua freguesia e perguntando se o facto de votar contra constitui impedimento para a respetiva assinatura. Reforçou ainda que, mesmo que não lhe permitam assinar o protocolo, manterá na mesma o seu voto. O senhor Vice Presidente interveio dizendo que para além da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

questão jurídica, subsistirá sempre a questão ética e de coerência.-----

-----**Filipe Batista** abandonou os trabalhos da Assembleia Municipal dizendo haver falta de respeito para com as regras da democracia. Também **Carlos Cordeiro**, solidariamente abandonou a Assembleia Municipal.-----

-----**Júlio Vieira** interveio dizendo ao senhor Presidente da Assembleia que o que não pode acontecer é que depois do ponto encerrado e votado tenha dado a palavra aos senhores Presidente e Vice Presidente da Câmara que intervieram da forma como o fizeram, e muito menos pode acontecer numa Assembleia Municipal, em Porto de Mós ou em qualquer lugar, este tom ameaçador com que foram proferidas as declarações do senhor Presidente e do senhor Vice Presidente. Cada um é livre de ter a sua opinião e o facto de as pessoas não concordarem com os termos em que a delegação de competências foi elaborada, dá-lhe a possibilidade de votar contra essa delegação de competências, mas não prejudicar a sua junta de freguesia relativamente ao valor que daí pode auferir. Não acha que seja falta de coerência, até porque o Presidente de Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra começou exatamente a sua intervenção por aí: apesar de não concordar obviamente que iria assinar. Falta de coerência e falta de respeito pela Assembleia e pelos senhores Presidentes de Junta e pelas regras da democracia foi o que se passou no fim do ponto encerrado.-----

----- **9. Protocolo de distribuição de encargos respeitantes à gestão e exploração do tratamento e rejeição do efluente tratado na ETAR de Minde:**-----

-----Usou da palavra o senhor Vice Presidente que manifestou a sua enorme satisfação em ter colaborado neste processo de negociação que terminou com o presente protocolo.-----

-----**António José Menezes Teixeira (PS):**-----

-----Disse que independentemente da síntese que o senhor Vice Presidente acabou de fazer sobre esta questão, realçou a importância de que se reveste este projeto ao nível do bem-estar do cidadão tanto de Porto de Mós, como de Alcanena, congratulando-se por esse facto.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Disse que o senhor Vice Presidente referiu que esta questão se arrastava desde 1998 e diz que todos têm memória e sabem o que ali se passava naquela bacia de Mira de Aire e Minde e os problemas daí inerentes. Disse ainda que a ETAR custou muito dinheiro e há quem lhe chame

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

elefante branco mas que apesar do dinheiro que custou e dos problemas que daí advieram era fundamental para o tratamento dos efluentes daquela zona. A questão que aqui se coloca é como passados estes anos todos ainda não se chegou nem a metade daquilo que estava previsto chegar em termos de efluentes do lado de Mira de Aire. Disse ainda que quer dar os parabéns à Câmara pela negociação que foi favorável a Porto de Mós.-----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu a Júlio Vieira dizendo que este se está a esquecer de alguma coisa naquilo que disse. Efetivamente o acordo foi assinado em 1998 e só em 2011 é que este executivo teve a coragem de avançar com o saneamento, porque até lá nada foi feito. Foram necessários treze anos para se avançar com aquela obra, porque se fez a estação de tratamento mas não foi lá colocado um metro cubico de efluente.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **Protocolo de distribuição de encargos respeitantes à gestão e exploração do tratamento e rejeição do efluente tratado na ETAR de Minde** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**10. Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em baixa tensão normal do Município de Porto de Mós – autorização da Assembleia Municipal para a assunção do compromisso plurianual:**-----

-----Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara dizendo que o que está aqui em causa é a assunção de compromissos plurianuais uma vez que não se conseguiu em tempo útil, até final deste ano, concretizar esta adjudicação de fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em baixa tensão normal do Município de Porto de Mós. Teve de ser feita uma divisão de encargos, sendo que alguns se vão repercutir no orçamento de 2016.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, sendo o mesmo **aprovado por unanimidade**.-----

-----**11. PROC. N.º 627/1986 – Trovão & Vala, na qualidade de proprietário de uma unidade industrial tipo 3, sita em Cortinas – Eiras da Lagoa, da freguesia de Porto de Mós - São João Baptista e São Pedro, requer que seja reconhecido o interesse público municipal, para a sua legalização; 12. PROC. N.º 477/1994 – Lameirause, Lda, na qualidade de proprietária de uma unidade industrial, sita no lugar de Ferraria, freguesia de Calvaria de Cima, requer que seja reconhecido o interesse público municipal, para a legalização da ampliação da referida unidade industrial; 13. PROC. N.º 71/2013 - Esperança & Neves, na qualidade de proprietária da Indústria tipo 3, sita na Rua 10 de Junho e Rua da Sobreirinha n.º 2, na Vila e Freguesia de Mira de Aire, requer que seja reconhecido o**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

interesse público municipal, para a alteração da unidade industrial do tipo 3 para tipo 2, destinada a gestão de resíduos; e 14. PROC. N.º 93/2013 – Abílio Matos Costa, na qualidade de proprietário de uma suinicultura, sita em Freixa, da freguesia de Porto de Mós - São João Batista e São Pedro, requer que seja reconhecido o interesse público municipal, para a legalização da sua ampliação:-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a explicitar os assuntos em questão dizendo que todos eles estão suportados por uma legislação que saiu em 2014 – o Decreto Lei 165/2014. Existem mais situações que serão mais tarde presentes a esta Assembleia por forma a poderem ser legalizadas essas instalações junto das entidades competentes com a emissão desse reconhecimento de interesse publico.-----

-----**Júlio João Carreira Vieira (PSD):**-----

-----Disse concordar com o que foi dito pelo senhor Presidente da Câmara e referiu que se tratam de unidades que já existem há vários anos, mas apesar disso, disse que gostaria de voltar a solicitar o que já foi solicitado muitas vezes nesta assembleia, de que estes processos não podem vir instruídos apenas com considerandos. Disse saber que o que foi à última reunião de câmara foi um processo devidamente instruído. Não se pede que venha o processo todo para os membros da assembleia apreciarem, mas uma cópia da check list para se poderem conferir quais os documentos que constam dos mesmos seria desejável. Deixou pois a recomendação de que das próximas vezes pelo menos a cópia da check list acompanhasse estes processos. Terminou dizendo que iria votar favoravelmente estas situações. -----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Disse que tem muita dificuldade em votar a favor destes assuntos, por há uma dualidade de critérios: um para as empresas que com uma declaração de interesse publico conseguem legalizar as situações e outra para as habitações particulares que não são passíveis de serem legalizadas porque aí não há lugar a declarações de interesse publico.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Disse concordar com as palavras de Júlio Vieira, no sentido de uma melhor clarificação processual. Disse que sempre votou a favor em situações similares, porque traz investimento para o concelho e postos de trabalho para a população, indo continuar a fazê-lo.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Disse que o ideal seria que estas empresas pagassem impostos no concelho. Atendendo à data dos processos e dado que estas empresas têm estado a laborar e a contribuir para o desenvolvimento do concelho será de não obstaculizar a sua legalização. Sugeriu depois à Câmara que fizesse um levantamento de todas as situações semelhantes existentes para que os empresários procedam ao licenciamento dessas instalações. -----

-----O senhor Presidente disse que as empresas estão atentas a esta legislação e que a mesma foi amplamente publicitada de forma a que os empresários dela tenham conhecimento. Disse ainda que se trata de uma situação de exceção, sendo que a legislação só permite esta legalização até final do primeiro trimestre do próximo ano. Continuou dizendo que as empresas são obviamente de interesse para o concelho, mesmo aquela que não tem aqui a sua sede, porque a massa salarial e os trabalhadores que elas empregam são praticamente todos do concelho de Porto de Mós. -----

-----Não havendo mais intervenções foi o ponto 11 da ordem de trabalhos - **PROC. N.º 627/1986 – Trovão & Vala, na qualidade de proprietário de uma unidade industrial tipo 3, sita em Cortinas – Eiras da Lagoa, da freguesia de Porto de Mós - São João Baptista e São Pedro, requer que seja reconhecido o interesse público municipal, para a sua legalização** – posto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com 1 (uma) abstenção e 24 (vinte e quatro) votos a favor.**-----

-----Foi depois posto a votação o ponto 12 da Ordem de Trabalhos - **PROC. N.º 477/1994 – Lameirause, Lda, na qualidade de proprietária de uma unidade industrial, sita no lugar de Ferraria, freguesia de Calvaria de Cima, requer que seja reconhecido o interesse público municipal, para a legalização da ampliação da referida unidade industrial** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com 1 (um) voto contra e 24 (vinte e quatro) votos a favor.**-----

-----Seguidamente, foi posto a votação o ponto 13 da Ordem de Trabalhos - **PROC. N.º 71/2013 - Esperança & Neves, na qualidade de proprietária da Indústria tipo 3, sita na Rua 10 de Junho e Rua da Sobreirinha n.º 2, na Vila e Freguesia de Mira de Aire, requer que seja reconhecido o interesse público municipal, para a alteração da unidade industrial do tipo 3 para tipo 2, destinada a gestão de resíduos** - tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.**-----

-----Por fim, foi posto a votação o ponto 14 da Ordem de Trabalhos - **PROC. N.º 93/2013 – Abílio Matos Costa, na qualidade de proprietário de uma suinicultura, sita em Freixa, da freguesia de Porto de Mós - São João Batista e São Pedro, requer que seja reconhecido o interesse público municipal, para a legalização da sua ampliação** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **15. Proposta de reconhecimento e mérito desportivo aos atletas do concelho:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara deu a palavra à senhora Vereadora do Pelouro do Desporto que passou a esclarecer que esta proposta de reconhecimento e mérito desportivo aos atletas do concelho, diz respeito às épocas de 2013 e 2014. Foram pedidas informações às associações, federações e também Juntas de Freguesias sobre os atletas que se distinguiram nas várias modalidades, sendo esses que serão homenageados numa cerimónia a realizar no decurso do Festival Viver Porto de Mós, em Setembro.-----

-----Disse ainda que existe um homenageado – Hugo Almeida – que não consta desta listagem, porque o reconhecimento do mérito já foi aprovado em sessão anterior, sendo formalizado agora na mesma cerimónia.-----

----- **António Rogério de Oliveira Vieira (IpP) – Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras:** -----

-----Usando da palavra louvou a iniciativa dizendo que concorda com esse reconhecimento dos atletas do concelho considerando muito importante que eles se sintam apoiados.-----

----- **Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----Fez algumas perguntas relacionadas com a naturalidade dos atletas, tendo a senhora Vereadora explicado que essa atribuição é feita aos atletas naturais e/ou residentes no concelho.---

-----Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da ordem de trabalhos **aprovado por unanimidade**.-----

----- **16. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara prescindiu de ler o documento enviado a todos os deputados municipais atempadamente, dando conta da atividade do município no período compreendido entre a última sessão da Assembleia e esta mesma, manifestando a sua disponibilidade para prestar qualquer informação tida por conveniente. Salientou o envolvimento da Câmara Municipal na organização das Festas de S. Pedro com a afetação de muitos funcionários a essas atividades.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Disse depois que gostaria de dar conhecimento à Assembleia de um diferendo com a Câmara da Batalha e que tem a ver com uma situação que ocorreu na freguesia de Calvaria de Cima. Existe uma rua na Calvaria de Cima que fica a montante da estação elevatória que tem duas caixas de visita a 4 ou 5 metros uma da outra. O Município contratou a empresa Construções Pragosa para fazer a limpeza de alguns efluentes na zona de S. Jorge. Esta empresa era normalmente acompanhada por um funcionário do Município quando ia recolher o efluente e depois entregá-lo ao coletor, sendo debitado em função do volume do caudal de efluente que era descarregado nesse mesmo coletor. Naquele dia o funcionário do Município não pode ir e a empresa fez a recolha do efluente, transportando três metros cúbicos, descarregou-o, por lapso do funcionário da empresa, na caixa que era do município da Batalha. Por casualidade, alguém da Batalha passou no local, tirou fotografias e foi ter com o senhor Presidente da Câmara da Batalha denunciando essa situação. Tal situação deu azo a algum empolamento por parte da Câmara da Batalha junto da comunicação social, bem como pressionando a SIMLIS para levantar uma contraordenação ao Município de Porto de Mós que corresponde a uma coima de dois mil e quinhentos euros, sendo que se está a falar de um euro e oitenta e três cêntimos de efluente. Para além disso o senhor Presidente da Câmara da Batalha para além de levar esse assunto a reunião de Câmara levou-o também à Assembleia Municipal fazendo disso um grande alarido, coisa que pessoalmente e dentro do espírito de lealdade e colaboração que sempre tem havido com a Câmara da Batalha lhe parece muito estranho.-----

-----Disse ainda que queria esclarecer uma coisa que aqui foi dita pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso na última sessão desta Assembleia, lamentando que o mesmo não esteja presente, no que diz respeito aos transportes da Câmara Municipal e ao facto de a mesma nunca ter cedido autocarro a Serro Ventoso, tal afirmação é falsa, conforme teve oportunidade de esclarecer com a senhora Vereadora. Não só foram transportados atletas de Serro Ventoso como foram suportados custos na deslocação dos atletas aos Açores.-----

-----**António José Menezes Teixeira (PS)**: interveio para tecer alguns comentários sobre o belíssimo projeto que a Câmara está a ultimar relativamente à ponte Cavaleiro que espera ser um local de lazer e de credibilidade científica. Aproveitou ainda para dizer que a ponte da Freixa é uma das vias mais antigas do concelho que também já está a ser consolidada, pedindo à Câmara que elabore um estudo sério como foi feito para a Ponte Cavaleiro no sentido de haver uma rota histórica alternativa.-----

-----**Luís Manuel Coelho Almeida (PSD)**: usando da palavra, referiu que no mês de abril, nos indicadores da atividade, para além das receitas correntes, aparece em "outras receitas" um valor de dois milhões duzentos e quarenta e cinco mil euros. Comparando com o período homólogo de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2014, verifica-se que nesse ano a verba em "outras receitas " é de trezentos e setenta e dois mil euros. Questionou a que se refere aquela receita.-----

-----O senhor Vice Presidente respondeu que se trata da inclusão do saldo orçamental que foi aqui aprovado na última sessão.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações tomadas nos seguintes pontos: 1. *Prestação de contas consolidadas referente ao ano 2014;* 2. *Modificações orçamentais – 2.ª revisão às grandes opções do plano do ano de 2015;* 3. *Modificações orçamentais – 2.ª revisão ao orçamento do ano de 2015;* 4. *1.ª Alteração ao mapa de pessoal para o ano 2015;* 5. *Procedimento concursal para recrutamento e seleção, tendo em vista o provimento de técnicos para as atividades de enriquecimento curricular para o ano letivo 2015-2016;* 6. *Procedimento concursal de recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, com recurso à reserva de recrutamento interna de um assistente operacional (canalizador);* 8. *Contratos interadministrativos de delegação de competências nas juntas de freguesia;* 9. *Protocolo de distribuição de encargos respeitantes à gestão e exploração do tratamento e rejeição do efluente tratado na ETAR de Minde;* 10. *Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em baixa tensão normal do Município de Porto de Mós – autorização à Assembleia Municipal para a assunção do compromisso plurianual;* 11. *PROC. N.º 627/1986 – Trovão & Vala, na qualidade de proprietário de uma unidade industrial tipo 3, sita em Cortinas – Eiras da Lagoa, da freguesia de Porto de Mós - São João Baptista e São Pedro, requer que seja reconhecido o interesse público municipal, para a sua legalização;* 12. *PROC. N.º 477/1994 – Lameirause, Lda, na qualidade de proprietária de uma unidade industrial, sita no lugar de Ferraria, freguesia de Calvaria de Cima, requer que seja reconhecido o interesse público municipal, para a legalização da ampliação da referida unidade industrial;* 13. *PROC. N.º 71/2013 - Esperança & Neves, na qualidade de proprietária da Indústria tipo 3, sita na Rua 10 de Junho e Rua da Sobreirinha n.º 2, na Vila e Freguesia de Mira de Aire, requer que seja reconhecido o interesse público municipal, para a alteração da unidade industrial do tipo 3 para tipo 2, destinada a gestão de resíduos."* 14. *PROC. N.º 93/2013 – Abílio Matos Costa, na qualidade de proprietário de uma suinicultura, sita em Freixa, da freguesia de Porto de Mós - São João Batista e São Pedro, requer que seja reconhecido o interesse público municipal, para a legalização da sua ampliação;* 15. *Proposta de reconhecimento e mérito desportivo aos atletas do concelho; tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade.*** -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 23.50 horas do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dia 19 de junho e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

